



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

896  
top

**Embargos de Declaração na Apelação n. 264.989-4**

Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Embargado: Tebrasa – Indústria Têxtil S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Ementa:** Embargos de Declaração. Intuito de Modificação do Julgado. Via Inadequada. Objeto Central do Litígio tratado no acórdão embargado. Prequestionamento Implícito. Embargos Rejeitados.

1 - A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.

2 - A Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC. As questões relevantes do litígio restaram abordadas na decisão não havendo omissão no julgado. Inconformada com o julgado deve a Embargante manejar o recurso de reforma cabível.

3 - Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do Embargos de Declaração na apelação nº **264.989-4** em que figuram como Embargante Banco do Nordeste do Brasil S/A e como Embargado Tebrasa – Indústria Têxtil S/A, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "À unanimidade, rejeito os embargos nos termos do voto do relator", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife,

**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Embargos de Declaração na Apelação n. 264.989-4**

Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Embargado: Tebrasa - Indústria Têxtil S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

O feito originário trata de ação monitória proposta pelo Banco do Nordeste contra a Tebrasa lastreada em debêntures.

A Sentença (fls. 657/673) julgou procedente em parte a pretensão do Banco do Nordeste, constituindo o título executivo pleiteado com a exclusão da capitalização dos juros e da pena convencional.

Tanto o Banco do Nordeste quanto a Tebrasa apresentaram recurso apelatório, tendo sido prolatado acórdão à fl. 807, lavrando-se a seguinte ementa:

**EMENTA:** DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONHECIDA. MATÉRIA REFERENTE AO MÉRITO. AÇÃO MONITÓRIA. ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO E SUBSCRIÇÃO DE DEBÊNTURES. VALIDADE DA REDUÇÃO DO PERCENTUAL DA MULTA CONVENCIONAL EM DECORRÊNCIA DE ALTERAÇÃO LEGAL POSTERIOR. EXISTÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GUARDANDO PERTINÊNCIA FINANCEIRA E TEMPORAL COM A RELAÇÃO NEGOCIAL FIRMADA ENTRE AS PARTES. CONSIDERAÇÕES GENÉRICAS NO FEITO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NÃO VERIFICADA. NÃO OCORRÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APELOS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1- A certeza acerca da necessidade e relevância de realização de perícia, ou não, depende das razões delineadas no transcorrer da manifestação da **Tebrasa**, no tocante a pertinência da argumentação acerca dos documentos lastreadores do débito e da demonstração jurídica de ocorrência das irregularidades aduzidas. Assim, somente com a apreciação do mérito permite-se definir se a realização de perícia é imprescindível para compreensão da demanda ou se apenas se revestirá em mera conta aritmética. Preliminar não conhecida.

2 - O juízo sentenciante aplicou a novel legislação cogente incidindo da data de sua vigência para frente regulando situação jurídica em curso, aplicando-se aos efeitos protraídos sob a vigência da lei nova, qual seja a multa pela inadimplência, devendo incidir o percentual de 10% a partir de 20.7.1999 (vigência da lei nº 9.808/99).

3 - Consta dos autos vasto rol de documentos apresentados por parte do **Banco do Nordeste** na condição de responsável pela tutela dos recursos públicos provenientes do FINOR, guardando total pertinência financeira e temporal com a relação negocial firmada com a **Tebrasa**.

4 - Manifestação da **Tebrasa** alegando a existência de vícios nos demonstrativos apresentados não afirmando especificamente quais são, nem tampouco afirmando a real monta que entende devida ou valores já efetivamente adimplidos.

5 - Não restam apontados o desacerto dos encargos contratuais aplicados no montante apurado do débito, revestindo as alegações da **Tebrasa** em formulações genéricas sobre a cobrança versada no feito, apenas lançando dúvidas acerca dos valores devidos e apontados pelos demonstrativos sintético e analítico do **Banco do Nordeste** abdicando do seu ônus probatório de comprovar qualquer irregularidade

no feito, sem detalhamento, tornando incontroversos os fatos narrados, razão para a inutilidade da realização de perícia no feito. Precedentes jurisprudenciais.

6 - Para a apuração da evolução do débito não há relevância a realização de perícia nos autos, pois cabível a apuração por cálculo, ao final, descontadas as parcelas indevidas, conforme restou determinado na sentença. Precedente jurisprudencial.

7 - Não se verifica a sucumbência recíproca no feito, tendo em vista o decaimento de parte mínima por parte do **Banco do Nordeste**. Precedente do STJ.

8- Não incorre em litigância de má-fé a parte por ter apresentado sua versão dos fatos e não ter conseguido provar suas alegações. Precedente jurisprudencial.

9 - Apelos a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do apelo nº **264989-4**, em que figuram, como apelante, **Banco do Nordeste do Brasil S.A** e outro, como apelado, **Tebrasa - Indústria Têxtil S/A** e outro, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento aos apelos, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator

**Contra tal decisão interpõe o Banco do Nordeste os presentes embargos de declaração (fls. 825/828)** visando o prequestionamento da matéria e alegando não terem sido respeitados os arts. 5º, XXXIV e XXXVI da CF e os arts. 6º, §1º da LICC e 12, §1º, II da Lei n. 9.808/99, no tocante ato jurídico perfeito e o princípio da força obrigatória dos contratos.

A parte embargada, Tebrasa, apresentou contrarrazões às fls. 880/881 pretendendo a rejeição dos embargos.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife, 31.12.17

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL**894  
rap.**Embargos de Declaração na Apelação n. 264.989-4**

Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Embargado: Tebrasa - Indústria Têxtil S/A

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Em suas razões recursais, o Banco do Nordeste objetiva o prequestionamento da matéria e alega não terem sido respeitados os arts. 5º, XXXIV e XXXVI da CF e os arts. 6º, §1º da LICC e 12, §1º, II da Lei n. 9.808/99, no tocante ato jurídico perfeito e o princípio da força obrigatória dos contratos.

Não prospera seu intento, já tendo sido amplamente rechaçado nos autos.

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição e/ou omissão.

O que se vê no presente caso é a tentativa de rediscussão de matéria apreciada, tendo em vista já ter sido considerada por este juízo todas as questões relativas ao objeto dos autos.

**Não existe qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão proferido, inclusive, tendo o recurso apelatório principal mantido a sentença reconhecedora do crédito do Banco embargante.**

**Assim, não há como o Banco do Nordeste alegar não ter sido abordada a questão da manutenção das relações contratuais, havendo expresse reconhecimento da avença firmada geradora do crédito objeto da presente demanda.**

Ou seja, é visível ter sido apreciado o cerne da controvérsia na decisão embargada, restando englobada todas as questões inerentes ao caso, não havendo qualquer contradição ou omissão.

Assim, verifica-se não haver razão para ser reformada a decisão proferida por este juízo, tendo em vista estar respaldada na expressa aplicação da lei, na doutrina e jurisprudência sobre a matéria.

Desse modo, verifica-se, no presente caso, apenas o inconformismo do embargante, quanto às razões que formaram o convencimento desta relatoria, usadas como fundamentação da decisão embargada, não se podendo falar em qualquer vício da mesma.

Percebe-se a intenção do recorrente, sob o argumento de omissão, pleitear a reforma do julgado, conduta vedada em sede de embargos de declaração.

Portanto, a revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente, revela-se inadmissível em sede de embargos, não merecendo prosperar a insatisfação da embargante.

Nesse sentido, tem-se pronunciado este Tribunal de Justiça, como se verifica dos arestos adiante, da relatoria dos Desembargadores Sílvio de Arruda Beltrão e Fernando Ferreira:

*PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - IMPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO BANCO E PROVIMENTO DO APELO DA PARTE ADVERSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - REJEIÇÃO - DECISÃO INDISCREPANTE. É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questão já analisada e rejeitada em julgamento anterior; Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade (CPC, art. 535). (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 141895-7/01, 3ª Câmara Cível, Relator: Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão)(original sem destaques).*

E mais:

*PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. EXPRESSO DESIDERATO DE MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. DESCABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a que se verifica entre proposições do julgado, vale dizer, do julgado com ele mesmo, e não sua eventual incoerência com a lei, com outras decisões ou com tese agitada pela parte. 2. Sendo por demais evidente, do cotejo entre o voto condutor e a ementa do acórdão, que o julgado embargado não incorreu em qualquer vício de expressão ou de compreensão, mormente nos vícios da omissão e da contradição, posto TEREM SIDO APRECIADOS COM SUFICIÊNCIA, CLAREZA E HARMONIA OS ELEMENTOS DO PROCESSO REALMENTE RELEVANTES PARA SUPORTE DO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL QUESTIONADO, rejeitam-se declaratórios opostos em mera tentativa de obtenção de nova decisão para a causa, que desta feita atenda à expectativa de êxito frustrada quando do julgamento primitivo. (TJPE, ED 45300-7/01, Rel. Des. Fernando Ferreira, 1ª Câmara Cível, julgado em 20/05/2008)(original sem destaques).*

Nesses termos é o entendimento dominante, também, no STJ, verificado no seguinte julgado:

*TRIBUTÁRIO - COFINS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - PROTOCOLO NO CORREIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

*1. Os declaratórios em questão revelam apenas o inconformismo da parte com o deslinde da causa, que flagrantemente almeja efeitos modificativos, o que não se admite nesta via.*

*2. Os embargos declaratórios têm seu cabimento delineado pela presença dos pressupostos legais arrolados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão a que se embarga, não há como prosperar a irresignação, pois tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.(omissis)*

*(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 919580 / RJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, data de julgamento: 12/08/2008, STJ) (original sem destaques).*

895  
rtp

Logo, por não padecer de nenhum vício a decisão guerreada, não há sustentáculo para as alegações do embargante.

Com efeito, é de se verificar terem sido apreciadas as questões centrais do feito, e, a falta de indicação de dispositivos legais não caracteriza omissão, sendo a decisão da forma em que se encontra suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

O STJ, inclusive, tem posicionamento reiterado nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PRESENÇA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** RECURSO ADESIVO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO AO ART. 500 DO CPC. RAZÕES RECURSAIS QUE EXPRESSAM A INTENÇÃO DE RECORRER DE FORMA ADESIVA. CONHECIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. EXCLUSÃO DA PENALIDADE IMPOSTA.

1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, **admite-se o prequestionamento implícito**, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea a do permissivo constitucional, **quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram.**

2. Na hipótese dos autos, configurado está o prequestionamento implícito do tema referente à infringência ao art. 500 do CPC, porquanto a questão referente à tempestividade do recurso adesivo foi o ponto central para o não conhecimento da apelação.

(EDcl no REsp 691.653/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 07/04/2009)(original sem destaques).

Assim sendo, a matéria já se encontra enfrentada, pois a decisão abordou todas as questões postas em debate, mesmo sem expressa indicação dos dispositivos legais que lhe serviram de fundamento.

Ademais, se o embargante não se conforma com os termos do julgado deve manejar o recurso de reforma que entender cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Desse modo, a via dos embargos de declaração não se prestam à rediscussão da decisão recorrida, não se justificando, portanto, a reforma do julgado proferido por este juízo.

Dessa forma, **rejeito** os presentes embargos de declaração, mantendo-se o acórdão recorrido em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27.11.19

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
DESEMBARGADOR RELATOR